



# SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

## TÉCNICO ADMINISTRATIVO TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros
- ▶ Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Operacionais do SUAS
- ▶ Programas, Benefícios e Instrumentos Socioassistenciais do Distrito Federal
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

EDITAL N° 1, DE  
13 DE MAIO DE 2026



### BÔNUS

ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.

**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO



# AVISO IMPORTANTE:



**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>



# SEDES-DF

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
DO DISTRITO FEDERAL

Técnico Administrativo  
- Técnico em  
Desenvolvimento e  
Assistência Social

**EDITAL Nº 1, DE 13 DE MAIO DE 2026**

CÓD: SL-110MA-26  
7908433298236

## Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....	7
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais .....	15
3. Domínio da ortografia oficial .....	19
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual.....	21
5. Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual.....	22
6. Emprego de tempos e modos verbais .....	23
7. Domínio da estrutura morfosintática do período; Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto.....	26
8. Emprego das classes de palavras .....	28
9. Emprego dos sinais de pontuação .....	38
10. Concordância verbal e nominal .....	44
11. Regência verbal e nominal.....	48
12. Emprego do sinal indicativo de crase.....	52
13. Colocação dos pronomes átonos.....	54
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	55
15. Significação das palavras.....	57
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto .....	58

## Conhecimentos do Distrito Federal, Política para Mulheres, Legislação e Noções de Primeiros Socorros

1. Tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do Distrito Federal e da região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e do entorno (RIDE), instituída pela Lei Complementar Federal nº 94/1998 e suas alterações; e regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.469/2011 e suas alterações.....	71
2. Plano Distrital de Política para Mulheres (PDPM).....	76
3. Lei Orgânica do Distrito Federal (Título VI – Da Ordem Social e do Meio Ambiente).....	82
4. Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações (Título I – Das Disposições Preliminares; Título V – Dos Deveres; Título VI – Do Regime Disciplinar; Título VII – Dos Processos de Apuração de Infração Disciplinar) .....	96
5. Lei Federal nº 11.340/2006 e suas alterações (Lei Maria da Penha) .....	107
6. Lei Distrital nº 7.484/2024.....	114
7. Noções básicas de primeiros socorros: cuidados iniciais com a vítima, reconhecimento de situações de urgência e emergência, acionamento do socorro especializado e condutas básicas em casos de engasgo, sangramento, fratura, queimadura, desmaio, convulsão e intoxicação .....	117

## Fundamentos, Organização, Gestão e Marcos Operacionais do SUAS

1. PNAS/2004 e organização da assistência social: princípios, diretrizes, objetivos, proteções afiançadas, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, matricialidade sociofamiliar, descentralização político-administrativa e territorialização..... 141
2. SUAS: princípios, diretrizes, organização e seguranças socioassistenciais, com foco em acolhida, convívio, renda e autonomia..... 145
3. NOB/SUAS (2012): responsabilidades dos entes, cofinanciamento, gestão do trabalho e vigilância socioassistencial..... 147

## Programas, Benefícios e Instrumentos Socioassistenciais do Distrito Federal

1. Programa de Provisão Alimentar Direto em Caráter Emergencial – Cartão Prato Cheio (Lei Distrital nº 7.009/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.873/2021 e suas alterações) ..... 155
2. Programa Cartão Gás (Lei Distrital nº 6.938/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.376/2021 e suas alterações) ..... 156
3. Plano DF Social (Lei Distrital nº 7.008/2021 e suas alterações; Decreto nº 42.872/2021; Portaria nº 42/2023) ..... 158
4. Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social do Distrito Federal (Lei Distrital nº 5.165/2013; Decreto nº 35.191/2014) ..... 164
5. SISAN/Restaurante Comunitário (Seção II do Decreto nº 33.329/2011 e suas alterações) ..... 168

## Noções de Direito Constitucional

1. Constituição Federal de 1988: princípios fundamentais..... 175
2. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais ..... 176
3. Organização do Estado e da Administração Pública: disposições gerais e servidores públicos ..... 182

## Noções de Direito Administrativo e Legislação

1. Estado, governo e administração pública: conceitos e elementos ..... 194
2. Ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e extinção (anulação e revogação) ..... 197
3. Poderes da Administração Pública: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia ..... 210
4. Regime Jurídico dos Servidores do Distrito Federal (Lei Complementar nº 840/2011 e suas alterações): provimento, vacância, direitos e deveres, responsabilidade e processo administrativo disciplinar ..... 217
5. Atendimento, Rotinas Administrativas e Arquivologia: Qualidade no atendimento ao público e trabalho em equipe ..... 218
6. Noções de redação oficial e comunicações administrativas ..... 226
7. Organização e controle de documentos: noções de arquivologia; protocolo (recebimento, registro, distribuição e tramitação); tipos de arquivos; métodos de arquivamento; preservação de documentos; e noções de digitalização de documentos ..... 234
8. Noções de Recursos Materiais, Patrimônio e Compras: Administração de materiais: classificação, gestão de estoques e armazenagem ..... 236
9. Gestão patrimonial: tombamento, controle, inventário e baixa de bens ..... 244
10. Noções de compras no setor público (Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações): etapas do processo e noções básicas de licitação ..... 249

# LÍNGUA PORTUGUESA

## COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

### SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

#### ► Elementos da Situação Comunicativa

▪ **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.

*Ex.: Um professor explicando um conceito para seus alunos.*

▪ **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.

*Ex.: Os alunos que escutam a explicação do professor.*

▪ **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.

*Ex.: As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.*

▪ **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.

*Ex.: A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).*

▪ **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.

*Ex.: O idioma português usado na explicação.*

▪ **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.

*Ex.: A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.*

#### ► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

#### **Exemplo prático:**

*Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:*

*“Proibido estacionar das 8h às 18h.”*

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

#### **Exemplos de Situações Comunicativas**

▪ **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.

▪ **Mensagem:** “Vamos ao cinema hoje?”

▪ **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.

▪ **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.

▪ **Mensagem:** “Aproveite a promoção imperdível desta semana!”

▪ **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.

▪ **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.

▪ **Mensagem:** “Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3.”

▪ **Canal:** E-mail corporativo.

#### ► Análise em Concursos Públicos

Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:

▪ **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.

▪ **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.

▪ **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

### PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

#### ► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

#### Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

*Ex.: “Ana parou de fumar.”*

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

*“O evento será transferido para outro local.”*

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

#### Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

#### Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

(A) João nunca saiu de casa.

(B) João estava em casa anteriormente.

**Resposta correta:** (B) João estava em casa anteriormente.

#### ► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

#### Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

*Ex.: “Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”*

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

*“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”*

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

#### ► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

*Exemplo Comparativo: “Clara voltou ao trabalho.”*

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

#### ► Estratégias para Identificação

##### Para reconhecer pressuposições:

- **Pergunte-se:** “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

##### Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

A distinção entre pressuposição e inferência é essencial para a interpretação textual, pois ambas enriquecem a compreensão das mensagens. A pressuposição está diretamente ligada à estrutura do texto e às informações subentendidas, enquanto a inferência depende de uma análise lógica por parte do leitor.

# CONHECIMENTOS DO DISTRITO

**TÓPICOS ATUAIS E RELEVANTES ACERCA DA REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO DISTRITO FEDERAL E DA REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E DO ENTORNO (RIDE), INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 94/1998 E SUAS ALTERAÇÕES; E REGULAMENTADA PELO DECRETO FEDERAL Nº 7.469/2011 E SUAS ALTERAÇÕES**

## FORMAÇÃO HISTÓRICA E A CONCEPÇÃO DO ESPAÇO MODERNISTA

A transferência da capital federal para o Planalto Central não foi um evento isolado, mas a culminância de um projeto de Estado que remontava ao período imperial e às primeiras constituições republicanas. A construção de Brasília, iniciada em 1956 sob o governo de Juscelino Kubitschek, simbolizou a estratégia de **interiorização do desenvolvimento** e a busca pela integração de um país até então excessivamente voltado para o litoral.

### ► O Projeto Urbanístico e a Ideologia Modernista

O Plano Piloto, desenhado por Lúcio Costa, foi estruturado sobre dois eixos que se cruzam: o Eixo Rodoviário (residencial) e o Eixo Monumental (administrativo e político). A cidade foi concebida sob os preceitos do **Urbanismo Modernista**, que pregava a setorização rigorosa das funções urbanas.

- **Setorização:** Áreas específicas para moradia, comércio, lazer e administração, visando a organização racional da vida cotidiana.
- **Abertura Espacial:** O uso de escalas monumentais e a ausência de cruzamentos em nível (tesourinhas) visavam priorizar o fluxo rodoviário e a sensação de amplitude.

### A Realidade dos Candangos e a Exclusão Socioespacial

Embora o projeto modernista previsse uma cidade igualitária e funcional, o processo de construção revelou contradições sociais profundas. Milhares de trabalhadores, conhecidos como **candangos**, migraram de diversas regiões do país especialmente do Nordeste e de Goiás em busca de oportunidades nas frentes de trabalho da Novacap.

Diferente do que sugeria o planejamento inicial, que imaginava a absorção desses trabalhadores no tecido urbano planejado, o alto custo de vida e a falta de provisões habitacionais para as classes populares forçaram o surgimento de núcleos urbanos fora do Plano Piloto.

- **Cidades Satélites:** O que hoje conhecemos como Regiões Administrativas (RAs), como Taguatinga e Sobradinho, surgiu para abrigar a população que não encontrava espaço no centro projetado.

- **Dualidade Territorial:** Desde o início, consolidou-se uma estrutura de “centro-periferia”, onde o centro administrativo detinha a infraestrutura completa, enquanto as áreas externas cresciam de forma acelerada, muitas vezes com carência de serviços básicos.

### A Interiorização e a Nova Dinâmica Regional

A fundação de Brasília alterou permanentemente a rede urbana do Centro-Oeste brasileiro. Cidades vizinhas em Goiás e Minas Gerais passaram a orbitar em torno da nova capital, atraindo fluxos migratórios e transformando o cerrado — anteriormente visto como um “vazio demográfico” por setores do governo em um polo de conexão política e econômica nacional.

Essa ocupação não foi apenas urbana; ela foi o motor para a expansão da fronteira agrícola e para a criação de novas rotas logísticas que conectaram o Norte e o Sul do Brasil por via terrestre, consolidando o Distrito Federal como o verdadeiro coração geopolítico do país.

## GEOGRAFIA E REALIDADE ÉTNICA NO PLANALTO CENTRAL

O Distrito Federal está situado em uma região de chapadões, com altitudes que variam entre 1.000 e 1.200 metros. Esta posição geográfica não é apenas um detalhe topográfico; ela define o papel estratégico da região como o “berço das águas” e impõe desafios climáticos específicos à população.

### O Bioma Cerrado e o Ciclo das Águas

Inserido no coração do Cerrado, o DF apresenta uma biodiversidade adaptada a extremos. A vegetação de troncos retorcidos e raízes profundas cumpre a função vital de absorver as chuvas de verão para alimentar os lençóis freáticos que sustentam três das principais bacias hidrográficas da América do Sul: a do Paraná, a do São Francisco e a do Tocantins-Araguaia.

- **Sazonalidade:** O clima Tropical de Altitude é marcado por duas estações bem definidas. O inverno é caracterizado por uma seca severa e baixos índices de umidade relativa do ar (muitas vezes abaixo de 10%), o que impacta a saúde pública e aumenta o risco de queimadas.

- **Recursos Hídricos:** O abastecimento da população depende de reservatórios como o **Descoberto** e o **Santa Maria**. O crescimento populacional acelerado e a ocupação de áreas de mananciais são os principais pontos de atenção para a segurança hídrica futura.

### Composição Étnica e Identidade Cultural

Diferente de outras unidades da federação com séculos de história, o Distrito Federal possui uma composição étnica formada por um fluxo migratório intenso e constante. A população é um reflexo do encontro de todos os Brasis, o que gera uma identidade cultural híbrida e plural.

- **A Herança Migratória:** A base populacional foi formada inicialmente por mineiros, goianos e, predominantemente, nordestinos (maranhenses, piauienses e cearenses). Essa influência é visível na gastronomia, no vocabulário e nas festas populares.
- **Realidade Étnico-Racial:** O DF possui uma população majoritariamente parda e preta (cerca de 57%), concentrada sobretudo nas Regiões Administrativas de menor renda. Enquanto o Plano Piloto apresenta uma composição demográfica mais branca e de elite, as periferias são os polos de produção cultural negra e nordestina, manifestada no rap, no repente e no samba.
- **Povos Originários e Tradicionais:** Embora menos visível no discurso oficial, existe a presença de comunidades indígenas desaldeadas e grupos que buscam o reconhecimento de territórios tradicionais na região, lutando pela preservação de suas culturas em um ambiente altamente urbanizado.

### O Mosaico Social e a Estrutura Urbana

A distribuição étnica e social no território não é aleatória; ela segue os eixos de valorização imobiliária. O Distrito Federal apresenta um dos maiores contrastes socioespaciais do país. A “distância” entre as regiões de alta renda e as periferias vulneráveis é marcada não apenas por quilômetros, mas por barreiras de acesso a serviços públicos de qualidade, lazer e infraestrutura urbana.

A “brasiliensidade” é uma identidade em construção. Ela se manifesta tanto no orgulho pelo céu do Planalto e pela arquitetura monumental quanto na resistência cultural das cidades-satélites, que ressignificam o espaço urbano todos os dias através de feiras populares, movimentos artísticos e redes de solidariedade.

### A RIDE: INTEGRAÇÃO E DINÂMICAS DE ENTORNO

A **Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)** foi instituída pela Lei Complementar nº 94/1998. Ao contrário de uma Região Metropolitana comum, a RIDE é uma unidade administrativa que envolve entes federativos distintos: o Distrito Federal, os estados de Goiás e Minas Gerais, além da União.

### Estrutura e Composição

A RIDE foi criada para articular a ação administrativa em uma área onde os limites políticos não impedem o fluxo diário de pessoas. Atualmente, ela é composta pelo Distrito Federal e por dezenas de municípios goianos e mineiros. Entre os mais populosos e integrados ao cotidiano brasileiro, destacam-se:

- **Goiás:** Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás.
- **Minas Gerais:** Unaí, Arinos e Cabeceira Grande.

### O Fenômeno do Movimento Pendular

O conceito central para entender a RIDE é o **movimento pendular**. Diariamente, centenas de milhares de pessoas saem dos municípios do Entorno em direção ao Distrito Federal para trabalhar ou estudar, retornando às suas casas ao final do dia.

- **Custo de Vida:** O Entorno funciona como uma área de habitação mais acessível em comparação ao alto custo imobiliário do DF.
- **Pressão sobre Serviços:** Como a oferta de empregos está concentrada no centro, o DF acaba absorvendo também a demanda por serviços públicos (especialmente saúde de alta complexidade) dessa população, gerando um debate constante sobre o financiamento dessas redes.

### Desafios de Gestão e Planejamento

A existência da RIDE impõe desafios jurídicos e logísticos únicos, pois as decisões dependem de acordos entre diferentes governadores e prefeitos.

- **Transporte Público:** Este é o gargalo mais visível. A regulação das linhas de ônibus interestaduais cabe à União (via ANTT), mas a operação impacta diretamente o trânsito e a mobilidade urbana do DF e das prefeituras locais.
- **Segurança Pública:** A criminalidade e o tráfico muitas vezes se aproveitam das divisas estaduais. A integração das polícias e o compartilhamento de inteligência são vitais para a redução da violência na região.
- **Saneamento e Meio Ambiente:** A gestão do lixo e a proteção dos mananciais que abastecem a capital exigem que municípios goianos e o DF trabalhem em sintonia, já que os rios não respeitam fronteiras políticas.

O Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (COARIDE) é o órgão responsável por coordenar os serviços de interesse comum, como infraestrutura, geração de empregos e saneamento básico, buscando reduzir as desigualdades sociais gritantes que ainda separam o centro das periferias metropolitanas.

### Realidade Econômica e Política

O Distrito Federal ocupa uma posição de destaque no cenário nacional, detendo o maior Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país. No entanto, essa riqueza está concentrada em uma estrutura produtiva muito específica e em uma organização política que não segue o modelo de estados e municípios.

### A Força do Setor Terciário e o Peso do Estado

A economia brasileira é essencialmente voltada para o **setor de serviços**, que responde por mais de 90% do PIB local. Diferente de outras regiões, onde a indústria ou o comércio de bens são os motores principais, aqui o coração da economia é a **Administração Pública**.

- **Administração, Defesa e Seguridade Social:** O governo (federal e distrital) é o maior empregador e o principal indutor do consumo. Isso gera uma economia estável, mas também vulnerável a oscilações nas políticas fiscais e cortes de gastos públicos.

# FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO,

**PNAS/2004 E ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: PRINCÍPIOS, DIRETRIZES, OBJETIVOS, PROTEÇÕES AFIANÇADAS, PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL, MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR, DESCENTRALIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E TERRITORIALIZAÇÃO**

## FUNDAMENTOS DA PNAS/2004

### ► Princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Assistência Social

A Política Nacional de Assistência Social de 2004 representa um marco na organização da assistência social brasileira, pois consolida essa área como política pública de proteção social, integrante da seguridade social e voltada à garantia de direitos. Sua importância está em superar a visão assistencialista, marcada por ações pontuais, caritativas e descontínuas, substituindo-a por uma lógica de responsabilidade estatal, planejamento público, financiamento regular, participação social e organização territorial dos serviços.

A PNAS/2004 reafirma que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, sendo destinada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição prévia. Isso significa que seu acesso não depende de pagamento, vínculo previdenciário ou relação trabalhista formal. A política se dirige especialmente a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, risco social, fragilização de vínculos, pobreza, exclusão, abandono, violência, discriminação ou violação de direitos.

Os princípios da assistência social orientam a forma como essa política deve ser prestada. Entre eles, destaca-se a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica. Esse princípio indica que a proteção à vida, à dignidade, à convivência familiar e comunitária e à sobrevivência das pessoas deve prevalecer sobre critérios meramente financeiros ou burocráticos. A assistência social não pode ser tratada como favor nem como gasto secundário, mas como investimento público indispensável à proteção social.

Outro princípio essencial é a universalização dos direitos sociais, que busca tornar o destinatário da assistência social alcançável pelas demais políticas públicas. A PNAS/2004 compreende que a vulnerabilidade social não se resolve apenas com atendimento isolado, mas exige articulação com saúde, educação, trabalho, habitação, segurança alimentar, previdência, cultura e demais políticas. Assim, a assistência social atua como porta de acesso a direitos, fortalecendo a cidadania e reduzindo desigualdades.

Também se destacam o respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito à convivência familiar e comunitária. Esse princípio impede práticas autoritárias, moralistas

ou discriminatórias no atendimento socioassistencial. A pessoa atendida deve ser reconhecida como sujeito de direitos, e não como alguém incapaz, culpado por sua condição ou dependente da boa vontade do poder público. A política deve fortalecer capacidades, vínculos e possibilidades de participação social.

As diretrizes da PNAS/2004 indicam o caminho de organização da assistência social. A descentralização político-administrativa é uma das principais, pois distribui responsabilidades entre União, estados, Distrito Federal e municípios, respeitando as competências de cada esfera de governo. Essa diretriz permite que a política seja planejada de forma mais próxima da realidade da população, especialmente no âmbito municipal, onde as situações de vulnerabilidade e risco se manifestam concretamente.

A participação da população também é diretriz fundamental. Ela ocorre principalmente por meio dos conselhos de assistência social, das conferências e de outros mecanismos de controle social. Isso significa que a sociedade deve participar da formulação, acompanhamento e avaliação da política, contribuindo para que os serviços sejam mais democráticos, transparentes e adequados às necessidades reais dos usuários.

### Objetivos da assistência social na PNAS/2004

A PNAS/2004 tem como objetivo central prover proteção social a famílias, indivíduos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade ou risco. Essa proteção não se limita à oferta de benefícios materiais, embora eles sejam importantes em determinadas situações. Ela envolve um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que buscam prevenir agravamentos, fortalecer vínculos, garantir acolhida, promover autonomia e enfrentar violações de direitos.

Entre os objetivos da política, está a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice. A assistência social reconhece que diferentes ciclos de vida apresentam necessidades específicas e que determinadas fases podem exigir maior proteção pública. Crianças, adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, mulheres em situação de violência, pessoas em situação de rua e famílias empobrecidas podem vivenciar formas distintas de vulnerabilidade, exigindo respostas qualificadas e contínuas.

Outro objetivo relevante é o amparo a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco. A política deve contribuir para prevenir abandono, violência, exploração, negligência e rompimento de vínculos familiares e comunitários. Para isso, organiza serviços voltados ao acompanhamento familiar, à convivência, ao fortalecimento de vínculos e à proteção diante de violações de direitos.

A promoção da integração ao mercado de trabalho também aparece como objetivo da assistência social, embora não signifique que a política tenha como função substituir políticas de emprego e renda. Sua atuação ocorre no sentido de articular oportunidades, encaminhamentos e ações que favoreçam

a autonomia dos usuários, especialmente quando a pobreza, a discriminação, a deficiência, a baixa escolaridade ou outras barreiras dificultam o acesso ao trabalho.

A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária também constituem objetivo fundamental. A PNAS/2004 reconhece que a deficiência não deve ser compreendida apenas como condição individual, mas também em relação às barreiras sociais que limitam participação, autonomia e acesso a direitos. Por isso, a assistência social deve contribuir para a inclusão, a convivência e a proteção desse público.

#### Proteções afiançadas pela política de assistência social

A PNAS/2004 organiza a assistência social a partir de proteções afiançadas, ou seja, garantias que devem ser asseguradas aos usuários da política pública. Essas proteções expressam compromissos concretos do Estado diante das necessidades sociais da população. Entre elas, destacam-se a segurança de acolhida, a segurança de convivência familiar e comunitária e a segurança de sobrevivência, rendimento e autonomia.

- A segurança de acolhida refere-se à garantia de escuta qualificada, recepção digna, orientação, informação, encaminhamento e atendimento adequado às necessidades apresentadas pelos usuários.
- A segurança de convivência familiar e comunitária busca preservar, fortalecer ou reconstruir vínculos familiares, comunitários e sociais, evitando isolamento, abandono e ruptura de relações protetivas.
- A segurança de sobrevivência, rendimento e autonomia envolve provisões materiais, benefícios, apoio socioassistencial e ações que contribuam para a proteção da vida, da dignidade e da capacidade de participação social dos usuários.

Essas proteções demonstram que a assistência social não se resume à transferência de renda ou à concessão de benefícios eventuais. Ela envolve uma rede organizada de serviços e atenções, voltada à prevenção de riscos, ao enfrentamento de violações e à promoção de condições mínimas de dignidade. A PNAS/2004, portanto, estrutura uma política que combina responsabilidade estatal, participação social, centralidade na família, organização territorial e proteção integral dos sujeitos em suas relações sociais.

#### ORGANIZAÇÃO DAS PROTEÇÕES SOCIOASSISTENCIAIS

##### ► Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

A PNAS/2004 organiza a assistência social em níveis de proteção, de acordo com a complexidade das situações vivenciadas por famílias e indivíduos. Essa organização é fundamental porque nem todas as situações de vulnerabilidade exigem a mesma resposta do poder público. Algumas demandam ações preventivas, voltadas ao fortalecimento de vínculos e à ampliação do acesso a direitos. Outras exigem acompanhamento especializado, pois já envolvem risco social, ameaça, violência, abandono, negligência ou violação de direitos.

A divisão entre Proteção Social Básica e Proteção Social Especial permite que a assistência social atue de forma planejada, contínua e adequada à realidade dos usuários. A Proteção Social Básica atua principalmente na prevenção de riscos sociais,

enquanto a Proteção Social Especial atua quando o risco já está instalado ou quando houve violação de direitos. Essa distinção não significa separação absoluta, pois os dois níveis devem funcionar de maneira articulada, compondo uma rede socioassistencial capaz de acolher, acompanhar, encaminhar e proteger.

#### Proteção Social Básica

A Proteção Social Básica tem caráter preventivo. Seu objetivo principal é prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso a direitos. Ela se dirige a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade decorrente de pobreza, privação de renda, fragilidade de vínculos afetivos, dificuldades de acesso a serviços públicos, discriminações ou outras condições que possam comprometer a proteção social.

Esse nível de proteção não atua apenas quando há uma situação grave já instalada. Ao contrário, sua finalidade é chegar antes do agravamento da vulnerabilidade. Por isso, valoriza o acompanhamento das famílias, a escuta qualificada, o conhecimento do território e a identificação das necessidades sociais presentes na comunidade. A Proteção Social Básica busca evitar que dificuldades econômicas, relacionais ou sociais se transformem em rompimento de vínculos, abandono, violência ou exclusão mais profunda.

O principal equipamento público associado à Proteção Social Básica é o Centro de Referência de Assistência Social, conhecido como CRAS. Ele funciona como porta de entrada da assistência social no território e deve estar localizado em áreas de maior vulnerabilidade. Sua atuação envolve acolhida, orientação, acompanhamento familiar, encaminhamento para serviços e articulação com outras políticas públicas. O CRAS permite que a assistência social esteja próxima da vida concreta das famílias, reconhecendo suas demandas e fortalecendo sua capacidade de proteção.

Entre as ações da Proteção Social Básica, destacam-se os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, o acompanhamento familiar, os benefícios socioassistenciais e os programas voltados à inclusão social. Essas ações devem ser planejadas de modo a respeitar as características do território, os ciclos de vida dos usuários e as necessidades específicas de cada família.

- A Proteção Social Básica busca prevenir riscos sociais antes que eles se agravem.
- Seu foco está no fortalecimento da família, da comunidade e dos vínculos sociais.
- O CRAS é o principal equipamento público de referência desse nível de proteção.
- As ações da Proteção Social Básica devem estar articuladas com saúde, educação, trabalho, habitação e demais políticas públicas.

#### Proteção Social Especial

A Proteção Social Especial é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal ou social, especialmente quando há violação de direitos. Diferentemente da Proteção Social Básica, que atua de forma preventiva, a Proteção Social Especial exige respostas mais qualificadas e

# PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E

**PROGRAMA DE PROVIMENTO ALIMENTAR DIRETO EM CARÁTER EMERGENCIAL – CARTÃO PRATO CHEIO (LEI DISTRITAL Nº 7.009/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.873/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)**

## LEI Nº 7.009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2021

*Institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído o Cartão Prato Cheio, programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, destinado a amparar as famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Art. 2º O Cartão Prato Cheio será concedido por meio de crédito para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º As concessões do benefício dependem de disponibilidade orçamentária específica.

§ 2º Os critérios de concessão, o valor do benefício e sua vigência, a periodicidade de solicitação, o tempo de concessão, entre outros assuntos, serão definidos por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do país ou do Distrito Federal e de estudos técnicos sobre o tema.

§ 3º Considerando a dinâmica de solicitações e a disponibilidade orçamentária, fica autorizada a concessão de cesta básica in natura e cesta verde, conforme regulamentação prevista no § 2º.

§ 4º Sem prejuízo do disposto no § 2º, o prazo para a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, a partir da sua concessão, não é inferior a 12 meses. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

§ 5º Fica proibida a utilização do crédito do Cartão Prato Cheio para aquisição de bebida alcoólica, cigarro ou qualquer outro produto que não tenha natureza estritamente alimentar, sob pena de perda do benefício para os beneficiários e de descredenciamento para os estabelecimentos. (Acrescido(a) pelo(a) Lei 7294 de 19/07/2023)

Art. 3º O crédito do Cartão Prato Cheio é intransferível.

Art. 4º O Banco de Brasília será a instituição financeira responsável por:

I – confeccionar e carregar os cartões na quantidade solicitada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF;

II – restringir a utilização do crédito aos estabelecimentos classificados como atividade econômica voltada à comercialização de produtos alimentícios.

Art. 5º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes/DF, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Cartão Prato Cheio, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública distrital.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 6º O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos critérios para concessão, da lista dos beneficiários e dos recursos investidos no programa.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 17 de dezembro de 2021

## DECRETO Nº 42.873, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021

*Regulamenta a Lei nº 7.009, de 17 de dezembro de 2021, que institui o programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado “Cartão Prato Cheio”.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, DECRETA:**

Art. 1º Fica regulamentado, nos termos deste Decreto, o provimento alimentar direto de caráter emergencial, denominado Programa Prato Cheio.

Art. 2º O Programa “Prato Cheio” será concedido por meio de crédito de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para aquisição de gêneros alimentícios.

§ 1º São critérios para concessão:

I - possuir renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo;

II - estar em situação de insegurança alimentar;

III - estar inscrito no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal ou no Sistema de Informação da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal;

IV - residir no Distrito Federal.

§ 2º Será beneficiada, prioritariamente, a seguinte ordem:

I - famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Grave; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

II - famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

III - famílias com crianças de 0 a 6 anos; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

IV - famílias com pessoas com deficiência; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

V - famílias com pessoas idosas; (Inciso Alterado(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

VI - população em situação de rua, com Plano Individual de Acompanhamento - PIA, em processo de saída de rua. (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

§ 3º Respeitada a priorização prevista no § 2º, a concessão do benefício seguirá ordem cronológica de solicitação, de acordo com a disponibilidade orçamentária mensal.

§ 4º É obrigatória a inclusão do número de CPF de todos os membros da composição familiar do beneficiário do Programa "Cartão Prato Cheio". (Acrescido(a) pelo(a) Decreto 48095 de 23/12/2025)

Art. 3º As concessões de provimento alimentar em caráter emergencial dependerão de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 4º Serão regulamentadas por meio de portaria da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, entre outros assuntos, a periodicidade de solicitação e concessão do cartão Prato Cheio, a vigência do crédito, bem como a excepcionalidade de concessão da cesta básica in natura e a concessão da cesta verde.

Art. 5º Os contratos firmados para operacionalização do Programa Prato Cheio, com base no art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011, deverão ser aditivados para se adequar à nova regulamentação.

Art. 6º Revoga-se o art. 19 do Decreto nº 33.329, de 10 de novembro de 2011.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PROGRAMA CARTÃO GÁS (LEI DISTRITAL Nº 6.938/2021 E SUAS ALTERAÇÕES; DECRETO Nº 42.376/2021 E SUAS ALTERAÇÕES)**

**LEI Nº 6.938, DE 10 DE AGOSTO DE 2021**

*Institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos.*

**O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica instituído o Programa Cartão Gás, destinado a assegurar às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo o acesso ao gás liquefeito de petróleo (GLP 13 kg) para uso doméstico. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 2º O Programa Cartão Gás consiste em concessão de auxílio financeiro, em parcelas sucessivas bimestrais no valor de R\$ 100,00, para aquisição do GLP 13kg.

Parágrafo único. O valor do auxílio financeiro pode ser alterado por ato do Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País ou do Distrito Federal.

Art. 3º São condições para fazer jus ao auxílio de que trata esta Lei:

I – estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, regulamentado pelo Decreto federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007;

II – possuir renda familiar per capita de até meio salário mínimo;

III – ter declarado comprometimento de renda com aquisição de gás liquefeito de petróleo – GLP no respectivo registro do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;

IV – residir no Distrito Federal;

V – não se encontrar em situação de rua ou em acolhimento institucional coletivo;

VI – o responsável familiar ter idade igual ou superior a 16 anos.

§ 1º É passível de penalidade cível e penal o recebimento do benefício de que trata o art. 2º por diferentes membros integrantes de uma mesma família que vivem na mesma residência.

§ 2º O Poder Executivo, com base na disponibilidade orçamentária, estabelece critérios de priorização para pagamento do benefício.

Art. 4º Cabe à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – Sedes, além de outras atribuições que lhe sejam conferidas, a coordenação, gestão e operacionalização do Programa Cartão Gás, ficando autorizada a promover parcerias com outros órgãos e entidades da administração pública, visando à consecução de ações para concessão do auxílio previsto nesta Lei.

Art. 5º (VETADO)

Art. 6º O Programa Cartão Gás caracteriza despesa continuada e depende de disponibilidade orçamentária específica. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 7º O cadastro e a verificação da aptidão e da capacidade dos estabelecimentos comerciais interessados em participar do Programa Cartão Gás são realizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal. (Artigo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Parágrafo único. Compete à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal editar os atos complementares necessários ao fiel cumprimento do disposto no caput. (Parágrafo Alterado(a) pelo(a) Lei 7475 de 29/02/2024) (Regulamentado(a) pelo(a) Portaria 7 de 16/04/2024)

Art. 8º O Programa Cartão Gás é financiado com recursos do Tesouro do Distrito Federal e depende de disponibilidade orçamentária específica.

Art. 9º Fica estabelecido o Banco de Brasília S.A. – BRB como o agente financeiro do Programa Cartão Gás.

Art. 10. O Poder Executivo promoverá ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Governo do Distrito Federal, dos benefícios, dos beneficiários, das ações, dos recursos oferecidos pelo poder público e dos critérios para sua concessão.

Art. 11. (Artigo Revogado(a) pelo(a) Lei 7010 de 17/12/2021)

Art. 12. Ato do Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de agosto de 2021.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

### DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

#### ► Forma, Sistema e Fundamentos da República

##### **Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo:**

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

##### **Princípio Federativo:**

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

##### **Princípio Republicano:**

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

##### **Princípio do Estado Democrático de Direito:**

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

##### **Princípio da Soberania Popular:**

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que "Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

##### **Princípio da Separação dos Poderes:**

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejam abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

### TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

#### ► **Objetivos Fundamentais da República**

Os Objetivos Fundamentais da República estão elencados no Artigo 3º da CF/88. Vejamos:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação..

#### ► **Princípios de Direito Constitucional Internacional**

Os Princípios de Direito Constitucional Internacional estão elencados no Artigo 4º da CF/88. Vejamos:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege - se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não - intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

**DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS: DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS; DIREITOS SOCIAIS**

**DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

Os direitos individuais estão elencados no caput do Artigo 5º da CF. São eles:

▶ **Direito à Vida**

O direito à vida deve ser observado por dois prismas: o direito de permanecer vivo e o direito de uma vida digna.

O direito de permanecer vivo pode ser observado, por exemplo, na vedação à pena de morte (salvo em caso de guerra declarada).

Já o direito à uma vida digna, garante as necessidades vitais básicas, proibindo qualquer tratamento desumano como a tortura, penas de caráter perpétuo, trabalhos forçados, cruéis, etc.

▶ **Direito à Liberdade**

O direito à liberdade consiste na afirmação de que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de lei. Tal dispositivo representa a consagração da autonomia privada.

Trata-se a liberdade, de direito amplo, já que compreende, dentre outros, as liberdades: de opinião, de pensamento, de locomoção, de consciência, de crença, de reunião, de associação e de expressão.

▶ **Direito à Igualdade**

A igualdade, princípio fundamental proclamado pela Constituição Federal e base do princípio republicano e da democracia, deve ser encarada sob duas óticas, a igualdade material e a igualdade formal.

A igualdade formal é a identidade de direitos e deveres concedidos aos membros da coletividade por meio da norma.

Por sua vez, a igualdade material tem por finalidade a busca da equiparação dos cidadãos sob todos os aspectos, inclusive o jurídico. É a consagração da máxima de Aristóteles, para quem o princípio da igualdade consistia em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida em que eles se desigualem.

Sob o pálio da igualdade material, caberia ao Estado promover a igualdade de oportunidades por meio de políticas públicas e leis que, atentos às características dos grupos menos favorecidos, compensassem as desigualdades decorrentes do processo histórico da formação social.

▶ **Direito à Privacidade**

Para o estudo do Direito Constitucional, a privacidade é gênero, do qual são espécies a intimidade, a honra, a vida privada e a imagem. De maneira que, os mesmos são invioláveis e a eles assegura-se o direito à indenização pelo dano moral ou material decorrente de sua violação.

▶ **Direito à Honra**

O direito à honra almeja tutelar o conjunto de atributos pertinentes à reputação do cidadão sujeito de direitos, exatamente por tal motivo, são previstos no Código Penal.

▶ **Direito de Propriedade**

É assegurado o direito de propriedade, contudo, com restrições, como por exemplo, de que se atenda à função social da propriedade. Também se enquadram como espécies de restrição do direito de propriedade, a requisição, a desapropriação, o confisco e o usucapião.

Do mesmo modo, é no direito de propriedade que se asseguram a inviolabilidade do domicílio, os direitos autorais (propriedade intelectual) e os direitos reativos à herança.

Destes direitos, emanam todos os incisos do Art. 5º, da CF/88, conforme veremos abaixo:

**TÍTULO II**

**DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS**

**CAPÍTULO I**

**DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS**

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo - se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir - se de obrigação legal a todos imposta e recusar - se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E

## ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS E ELEMENTOS

### ESTADO

#### ► Conceito, Elementos e Princípios

Adentrando ao contexto histórico, o conceito de Estado veio a surgir por intermédio do antigo conceito de cidade, da *polis grega* e da *civitas* romana. Em meados do século XVI o vocábulo Estado passou a ser utilizado com o significado moderno de força, poder e direito.

O Estado pode ser conceituado como um ente, sujeito de direitos, que possui como elementos: o povo, o território e a soberania. Nos dizeres de Vicente Paulo e Marcelo Alexandrino (2010, p. 13), “Estado é pessoa jurídica territorial soberana, formada pelos elementos povo, território e governo soberano”.

O Estado como ente, é plenamente capacitado para adquirir direitos e obrigações. Ademais, possui personalidade jurídica própria, tanto no âmbito interno, perante os agentes públicos e os cidadãos, quanto no âmbito internacional, perante outros Estados.

Vejam os alguns conceitos acerca dos três elementos que compõem o Estado:

▪ **Povo:** Elemento legitima a existência do Estado. Isso ocorre por que é do povo que origina todo o poder representado pelo Estado, conforme dispõe expressamente art. 1º, parágrafo único, da Constituição Federal:

*Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.*

O povo se refere ao conjunto de indivíduos que se vincula juridicamente ao Estado, de forma estabilizada.

Entretanto, isso não ocorre com estrangeiros e apátridas, diferentemente da população, que tem sentido demográfico e quantitativo, agregando, por sua vez, todos os que se encontram sob sua jurisdição territorial, sendo desnecessário haver quaisquer tipos de vínculo jurídico do indivíduo com o poder do Estado.

Com vários sentidos, o termo pode ser usado pela doutrina como sinônimo de nação e, ainda, no sentido de subordinação a uma mesma autoridade política.

No entanto, a titularidade dos direitos políticos é determinada pela nacionalidade, que nada mais é que o vínculo jurídico estabelecido pela Constituição entre os cidadãos e o Estado.

O Direito nos concede o conceito de povo como sendo o conjunto de pessoas que detém o poder, a soberania, conforme já foi explicitado por meio do art. 1º. Parágrafo único da CFB/88

dispondo que “Todo poder emana do povo, que exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

▪ **Território:** pode ser conceituado como a área na qual o Estado exerce sua soberania. Trata-se da base física ou geográfica de um determinado Estado, seu elemento constitutivo, base delimitada de autoridade, instrumento de poder com vistas a dirigir o grupo social, com tal delimitação que se pode assegurar à eficácia do poder e a estabilidade da ordem.

O território é delimitado pelas fronteiras, que por sua vez, podem ser naturais ou convencionais. O território como elemento do Estado, possui duas funções, sendo uma negativa limitante de fronteiras com a competência da autoridade política, e outra positiva, que fornece ao Estado a base correta de recursos materiais para ação.

Por traçar os limites do poder soberanamente exercido, o território é elemento essencial à existência do Estado, sendo, desta forma, pleno objeto de direitos do Estado, o qual se encontra a serviço do povo e pode usar e dispor dele com poder absoluto e exclusivo, desde que estejam presentes as características essenciais das relações de domínio. O território é formado pelo solo, subsolo, espaço aéreo, águas territoriais e plataforma continental, prolongamento do solo coberto pelo mar.

A Constituição Brasileira atribui ao Conselho de Defesa Nacional, órgão de consulta do presidente da República, competência para “propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo”. (Artigo 91, §1º, III, CFB/88). Os espaços sobre o qual se desenvolvem as relações sociais próprias da vida do Estado é uma porção da superfície terrestre, projetada desde o subsolo até o espaço aéreo. Para que essa porção territorial e suas projeções adquiram significado político e jurídico, é preciso considerá-las como um local de assentamento do grupo humano que integra o Estado, como campo de ação do poder político e como âmbito de validade das normas jurídicas.

▪ **Soberania:** Trata-se do poder do Estado de se auto administrar. Por meio da soberania, o Estado detém o poder de regular o seu funcionamento, as relações privadas dos cidadãos, bem como as funções econômicas e sociais do povo que o integra. Por meio desse elemento, o Estado edita leis aplicáveis ao seu território, sem estar sujeito a qualquer tipo de interferência ou dependência de outros Estados.

Em sua origem, no sentido de legitimação, a soberania está ligada à força e ao poder. Se antes, o direito era dado, agora é arquitetado, anteriormente era pensado na justiça robusta, agora é engendrado na adequação aos objetivos e na racionalidade

técnica necessária. O poder do Estado é soberano, uno, indivisível e emana do povo. Além disso, todos os Poderes são partes de um todo que é a atividade do Estado.

Como fundamento do Estado Democrático de Direito, nos parâmetros do art. 1º, I, da CF/88), a soberania é elemento essencial e fundamental à existência da República Federativa do Brasil.

A lei se tornou de forma essencial o principal instrumento de organização da sociedade. Isso, por que a exigência de justiça e de proteção aos direitos individuais, sempre se faz presente na vida do povo. Por conseguinte, por intermédio da Constituição escrita, desde a época da revolução democrática, foi colocada uma trava jurídica à soberania, proclamando, assim, os direitos invioláveis do cidadão.

O direito incorpora a teoria da soberania e tenta compatibilizá-la aos problemas de hoje, e remetem ao povo, aos cidadãos e à sua participação no exercício do poder, o direito sempre tende a preservar a vontade coletiva de seu povo, através de seu ordenamento, a soberania sempre existirá no campo jurídico, pois o termo designa igualmente o fenômeno político de decisão, de deliberação, sendo incorporada à soberania pela Constituição.

A Constituição Federal é documento jurídico hierarquicamente superior do nosso sistema, se ocupando com a organização do poder, a definição de direitos, dentre outros fatores. Nesse diapasão, a soberania ganha particular interesse junto ao Direito Constitucional. Nesse sentido, a soberania surge novamente em discussão, procurando resolver ou atribuir o poder originário e seus limites, entrando em voga o poder constituinte originário, o poder constituinte derivado, a soberania popular, do parlamento e do povo como um todo. Depreende-se que o fundo desta problemática está entranhado na discussão acerca da positivação do Direito em determinado Estado e seu respectivo exercício.

Assim sendo, em síntese, já verificados o conceito de Estado e os seus elementos. Temos, portanto:

### ESTADO = POVO + TERRITÓRIO + SOBERANIA

**Obs.** Os elementos (povo + território + soberania) do Estado não devem ser confundidos com suas funções estatais que normalmente são denominadas “**Poderes do Estado**” e, por sua vez, são divididas em: **legislativa, executiva e judiciária**

Em relação aos princípios do Estado Brasileiro, é fácil encontrá-los no disposto no art. 1º, da CF/88. Vejamos:

**Art. 1º** *A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:*

*I - a soberania;*

*II - a cidadania;*

*III - a dignidade da pessoa humana;*

*IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;*

*V - o pluralismo político.*

Ressalta-se que os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político são os que mais são aceitos como princípios do Estado. No condizente à dignidade da pessoa humana e aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pondera-se que estes constituem as finalidades que o Estado busca alcançar. Já os conceitos de soberania, cidadania e pluralismo político, podem

ser plenamente relacionados com o sentido de organização do Estado sob forma política, e, os conceitos de dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, implicam na ideia do alcance de objetivos morais e éticos.

## GOVERNO

### ► Conceito

Governo é a expressão política de comando, de iniciativa pública com a fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica contemporânea e atuante.

O Brasil adota a República como forma de Governo e o federalismo como forma de Estado. Em sua obra *Direito Administrativo da Série Advocacia Pública*, o renomado jurista Leandro Zannoni, assegura que governo é elemento do Estado e o explana como “a atividade política organizada do Estado, possuindo ampla discricionariedade, sob responsabilidade constitucional e política” (p. 71).

É possível complementar esse conceito de Zannoni com a afirmação de Meirelles (1998, p. 64-65) que aduz que “Governo é a expressão política de comando, de iniciativa, de fixação de objetivos do Estado e de manutenção da ordem jurídica vigente”. Entretanto, tanto o conceito de Estado como o de governo podem ser definidos sob diferentes perspectivas, sendo o primeiro, apresentado sob o critério sociológico, político, constitucional, dentre outros fatores. No condizente ao segundo, é subdividido em sentido formal sob um conjunto de órgãos, em sentido material nas funções que exerce e em sentido operacional sob a forma de condução política.

O objetivo final do Governo é a prestação dos serviços públicos com eficiência, visando de forma geral a satisfação das necessidades coletivas. O Governo pratica uma função política que implica uma atividade de ordem mediata e superior com referência à direção soberana e geral do Estado, com o fulcro de determinar os fins da ação do Estado, assinalando as diretrizes para as demais funções e buscando sempre a unidade da soberania estatal.

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ► Conceito

Administração Pública em sentido geral e objetivo, é a atividade que o Estado pratica sob regime público, para a realização dos interesses coletivos, por intermédio das pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

A Administração Pública pode ser definida em sentido amplo e estrito, além disso, é conceituada por Di Pietro (2009, p. 57), como “a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob regime jurídico total ou parcialmente público, para a consecução dos interesses coletivos”.

Nos dizeres de Di Pietro (2009, p. 54), em sentido amplo, a Administração Pública é subdividida em órgãos governamentais e órgãos administrativos, o que a destaca em seu sentido subjetivo, sendo ainda subdividida pela sua função política e administrativa em sentido objetivo.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**